

Movimento sindical docente na Universidade Federal do Amapá: condições locais e articulações nacionais na construção da greve de 2012

Resumo

Neste artigo analisa-se o movimento sindical docente na Universidade Federal do Amapá (Unifap), destacando o envolvimento com a construção da greve nacional da categoria, em 2012. Consideram-se o contexto nacional da deflagração da greve protagonizada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), o processo de mobilização, a pauta de reivindicações e o desfecho do movimento. Destacam-se aspectos históricos da Unifap, com ênfase na criação do Sindicato dos Docentes da Unifap, em 1994, e sua vinculação ao ANDES-SN, como Seção Sindical, em 2002. Informações empíricas foram obtidas via questionário aberto, respondido por docentes que participaram da greve e atuaram como dirigentes do Sindufap no período 2012-2020, para identificar o envolvimento com o movimento grevista, a mobilização local, a articulação com a luta nacional, o desfecho e o balanço da paralisação. Identifica-se que as precárias condições de trabalho e a defesa pela reestruturação da carreira foram elementos centrais na adesão ao movimento paredista, evidenciando articulação entre as demandas locais e a reivindicação nacional. O envolvimento do Sindufap com a greve foi ativo e mobilizador, fazendo do movimento um importante espaço de formação política. Em relação ao desfecho, percebe-se avaliação negativa em relação ao atendimento da pauta grevista, mas positiva em seu balanço político. Em suma, a experiência local da greve de 2012 foi extraordinária: as assembleias e os atos com grande participação da categoria, somados à união na luta com estudantes e técnico-administrativos, eletrizaram a categoria, na esperança de que uma mudança efetiva estivesse no horizonte possível da força coletiva.

Palavras-chave: greve; sindicalismo docente; ANDES-SN; Sindufap.

Para citar este artigo:

GUIMARÃES, André Rodrigues; CAVLAK, Iuri; CALDAS, Yurgel Pantoja. Movimento sindical docente na Universidade Federal do Amapá: condições locais e articulações nacionais na construção da greve de 2012. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 23, n. 52, p. 113-140, maio/ago. 2022.

DOI: 10.5965/1984723823522022113

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723823522022113>

André Rodrigues Guimarães

Universidade Federal do Amapá –
UNIFAP – Macapá/AP – Brasil
andre_unifap@yahoo.com.br

Iuri Cavlak

Universidade Federal de São Paulo –
UNIFESP – São Paulo/SP – Brasil
i.cavlak@unifesp.br

Yurgel Pantoja Caldas

Universidade Federal do Amapá –
UNIFAP – Macapá/AP – Brasil
yurgel@uol.com.br

The teacher's union movement at the Federal University of Amapá: local conditions and national articulations in the construction of the 2012 strike

Mouvement syndical des enseignants de l'Université Fédérale de l'Amapá: conditions locales et articulations nationales dans la construction de la grève de 2012

Abstract

It is analyzed the teacher's union movement at the Federal University of Amapá (Unifap), highlighting the involvement with the construction of the national strike of the category, in 2012. The national context of the outbreak of the strike led by the National Union of Teachers of Higher Education Institutions (ANDES-SN) is considered, the mobilization process, the agenda of demands and the outcome of the movement. Historical aspects of Unifap stand out, with emphasis on the creation of the Unifap Teachers Union, in 1994, and its link to ANDES-SN, as Union Section, in 2002. Empirical information was obtained via an open questionnaire, answered by teachers who participated of the strike and acted as leaders of Sindufap in the period 2012-2020, to identify the involvement with the strike movement, local mobilization, articulation with the national struggle, the outcome and balance of the strike. It is identified that the precarious working conditions and the defense for the restructuring of the career were central elements in the adhesion to the strike movement, evidencing the articulation between the local demands and the national claim. Sindufap's involvement with the strike was active and mobilizing, making the movement an important space for political formation. Regarding the outcome, there is a negative evaluation in relation to meeting the strike agenda, but positive in its political balance. In short, the local experience of the 2012 strike was extraordinary: the assemblies and acts with great participation of the category, added to the union in the struggle with students and administrative technicians, electrified the category, in the hope that an effective change was on the horizon. collective force possible.

Keywords: strike; teacher unionism; ANDES-SN; Sindufap.

Résumé

Le mouvement syndical des enseignants de l'Université fédérale d'Amapá (Unifap) est analysé, en soulignant l'implication avec la construction de la grève nationale de la catégorie, en 2012. Nous avons examiné le contexte national de la grève protagonisée par le Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), le processus de mobilisation, la liste de revendications et la dispersion du mouvement. Les aspects historiques d'Unifap sont soulignés, en mettant l'accent sur la création de l'Union des Professeurs d'Unifap, en 1994, et son lien avec ANDES-SN, en tant que Section de ce syndicat, en 2002. Des informations empiriques ont été obtenues par le biais d'un questionnaire ouvert, auquel ont répondu les professeurs qui ont participé à la grève et agi en tant que dirigeants de Sindufap au cours de la période 2012-2020, afin d'identifier l'implication dans le mouvement de grève, la mobilisation locale, l'articulation avec la lutte nationale, le résultat et le bilan de la grève. Il a été identifié que les conditions de travail précaires et la défense de la restructuration de la carrière ont été des éléments centraux dans l'adhésion au mouvement de grève, montrant l'articulation entre les demandes locales et la revendication nationale. La participation de Sindufap à la grève a été active et mobilisatrice, faisant du mouvement un espace important d'éducation politique. En ce qui concerne le résultat, une évaluation négative est perçue par rapport à la réalisation de tous les objectifs de la grève, mais positive dans son bilan politique. En bref, l'expérience locale de la grève de 2012 a été extraordinaire: les assemblées et les actes avec une grande participation de la catégorie, ajoutés au syndicat dans la lutte avec les étudiants et les techniques-administratifs, ont électrisé la catégorie, dans l'espoir qu'un changement effectif était à l'horizon possible de la force collective.

Mots clés: grève; syndicalisme enseignant; ANDES-SN; Sindufap.

Introdução

Neste estudo, abordamos o movimento docente na Unifap (Universidade Federal do Amapá) e, especificamente, analisamos o processo de envolvimento do Sindufap (Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá), Seção Sindical do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), com a greve nacional da categoria realizada em 2012. Destacamos, nesta análise, o envolvimento com o movimento grevista, a pauta de reivindicações, a mobilização local, a articulação com a luta nacional, o desfecho e o balanço da paralisação.

As informações empíricas foram obtidas via questionário aberto respondido por dirigentes do Sindufap. Foram considerados, para inclusão à participação na pesquisa, três critérios. O primeiro foi a participação ativa na greve de 2012, levantada a partir das listas de frequências das assembleias da categoria e das imagens (fotos e vídeos) publicizadas pela Seção. O segundo foi ter atuado como dirigente sindical no período 2012-2021, considerando informações da entidade, tendo em vista que tais sujeitos, assim, teriam melhores condições de avaliação do movimento em seu processo histórico. O terceiro critério foi a disponibilidade em participar da pesquisa, com devolutiva do questionário respondido. O convite para participação com o questionário foi encaminhado por e-mail para quatro docentes que atendiam aos dois critérios iniciais. Três docentes responderam e devolveram o questionário.

No processo analítico, tomamos por passe os encaminhamentos da Análise de Conteúdo. Em nossa perspectiva, isso permitiu explorar os elementos explícitos e aqueles latentes. Conforme destaca Moraes (1999), essa metodologia permite ir além da leitura casual de documentos e textos, ultrapassando a simples descrição. Para tanto, em nossa pesquisa, foi necessário considerar que os discursos, expressos nos registros textuais, carregam e evidenciam valores, princípios e visões de mundo específicos. Assim, em decorrência dessa perspectiva, a linguagem, enquanto manifestação discursiva, é dinâmica e criativa (FRANCO, 2005).

Essa perspectiva analítica é organicamente vinculada aos pressupostos teóricos que sustentam esta investigação. Consideramos que são as condições materiais de existência que determinam a consciência; não o contrário (MARX; ENGELS, 2007). Em

decorrência disso, é indispensável considerar que, na base do modo de produção capitalista, está a exploração da força de trabalho, com fins de valorização do capital, a qual implica na estrutural cisão da sociedade em classes antagônicas (MARX, 1996). Nesse sentido, os sindicatos, como instrumentos de organização da classe trabalhadora, constituem-se em contraposição aos interesses econômico-políticos da burguesia.

Questões importantes derivam dessa afirmação, que pretendemos articular no decorrer do texto. Como bem mostrou Navarro (2001), o ANDES-SN se fez como um “sindicato de intelectuais”. Em certo sentido, um coletivo político de grande combatividade e coerência, tendo em sua base trabalhadores com uma massa salarial bem maior do que outras categorias do conjunto da classe, não obstante inferior a outros ramos do serviço público.

O padrão de consumo de bens duráveis e de luxo e o isolamento em salas de aulas e campos de conhecimento, por sua vez, compartimentados em departamentos e faculdades, no bojo de competição por bolsas de estudos e financiamentos de grupos, minam, em grande medida, o “para si”, fazendo com que a consciência de classe nos professores universitários seja um processo bastante truncado. A ideia de que “não somos trabalhadores” se não “formamos trabalhadores” vicejou e viceja ainda em muitos lugares e contextos.

A greve dessa categoria também condensa singularidades, na medida em que não paralisa de imediato a cadeia de produção de valor, tampouco a circulação de pessoas e serviços. A greve de intelectuais, nesse sentido, permite ao Estado maior margem de manobra e de tempo, essencial num contexto agudizado de disputa pelo fundo público e por uma melhor posição no sistema de carreira do Estado.

Com base nesses pressupostos teórico-metodológicos, a exposição da análise aqui proposta está estruturada em três seções. Inicialmente, expomos o contexto da greve nacional dos docentes das Instituições Federais de Educação Superior (IFES), dirigida pelo ANDES-SN, em 2012. Em seguida, apresentamos aspectos históricos da Unifap e da organização sindical docente no Sindufap. Na terceira parte, analisamos o envolvimento dos docentes da Unifap, a articulação entre as demandas locais e nacionais, bem como a avaliação do movimento paredista no Sindufap.

O contexto nacional

Entre 17 de maio e 17 de setembro de 2012, o movimento docente da rede federal de educação superior no Brasil protagonizou, até então, a maior greve de sua história em número de IFES paralisadas e extensão do movimento. A pauta da greve docente centrou-se, basicamente, em duas grandes reivindicações: reestruturação da carreira e melhores condições de trabalho. As sucessivas mudanças feitas na carreira do magistério federal achataram o vencimento básico, que passou a compor quantia inferior às gratificações, como a retribuição por titulação. A criação de novas classes fraturou a lógica unitária e vilipendiou os aposentados. Isso tudo com condições laborais inadequadas, especialmente em função da expansão de cursos e matrículas sem a correspondente estrutura física necessária.

Na análise do movimento grevista, é importante destacarmos a articulação com outras categorias de Servidores Públicos Federais (SPF). No âmbito específico da educação, merecem destaque as ações unitárias com Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) e o movimento estudantil. A greve dos SPF, em 2012, englobou 30 entidades nacionais, que representavam de cerca de 300 mil trabalhadores. Em sua pauta, estavam oito eixos: política salarial permanente (reposição inflacionária, valorização do salário-base e incorporação das gratificações); contra a retirada de direitos trabalhistas; negociação coletiva no setor público e garantia do direito de greve; contra os dispositivos legais e os projetos que obstruíam a negociação com os servidores públicos; contra as propostas de mudanças na legislação que atacam os servidores públicos; cumprimento de acordos firmados pelo governo em anos anteriores; paridade entre servidores ativos e aposentados; e definição de data-base de reajuste em 1º de maio.

Em essência, o movimento paredista dos SPF evidenciava o fim do ciclo de conciliação de classes dos governos petistas. Por sua vertente neoliberal, diante do aprofundamento da crise global do capital, desencadeada em 2008, a então presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), demonstrava que não haveria margem para atendimento da pauta dos SPF. Conforme analisam Gentil e Hermann

(2017), o período 2011-2014, no terceiro mandato consecutivo do PT, é marcado por desfavorável contexto macroeconômico externo. A queda do Produto Interno Bruto (PIB) nacional é a demonstração cabal desse processo, com média anual de 2,1%, abaixo do crescimento mundial (3,4%) e da América Latina (2,9%) (CORSI, 2016).

No Brasil, as condições do trabalhado assalariado, no geral, encontravam-se, assim como na atualidade, em processo de precarização, em função da reestruturação produtiva, com formas mais flexíveis de acumulação do capital (ANTUNES, 2018). Isso tem implicado em modificações, também, no trabalho docente, particularmente a partir da década de 1990, com a implementação das políticas neoliberais no país. No âmbito específico da educação superior, seu processo de expansão e privatização tem acarretado na crescente intensificação e precarização do trabalho docente (MANCEBO, 2011).

Conforme analisaram Chaves e Guimarães (2015), considerando o período 1997-2013, os docentes das universidades federais também sofreram processos de intensificação e precarização. Para esses autores, há duas medidas instituídas no período que induzem a limitação da universidade ao ensino, afinadas aos interesses dos organismos internacionais, que impactam negativamente o trabalho docente: a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), instituída no governo Fernando Henrique Cardoso, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído no governo Lula da Silva.

Importante destacar que a GED, instituída pela Lei n. 9.678, de 3 de julho de 1998, resultou na quebra de isonomia salarial do magistério superior federal (MONTE, 2015). Conforme analisa Belloni (1999), a instituição da GED foi utilizada como artimanha governamental para a não concessão de aumento salarial. Os professores tinham seus salários “com variação por titulação e regime de trabalho, de acordo com o número de pontos obtidos no exercício de sua função” (CHAVES; GUIMARÃES, 2015, p. 305). Isso estava diretamente articulado à intensificação do trabalho e ao produtivismo acadêmico, com a divisão da categoria em dois grupos: “docentes com graduação, aperfeiçoamento e especialização permanecem com salários aproximados; e os mestres e doutores se diferenciam dos demais docentes com um acréscimo maior, via GED, em seus proventos” (MONTE, 2015, p. 151).

Conforme destacam Guimarães e Silva (2021), o debate sobre a carreira e a valorização do trabalho docente ganhou centralidade nas greves federais realizadas pelo ANDES-SN na primeira década do século XXI. Dentre os pontos reivindicados, estava a reestruturação da carreira, com isonomia e paridade, associada à defesa da incorporação das gratificações como a GED. Tais demandas associavam-se ao projeto de universidade pública, democrática, autônoma, laica e socialmente referenciada, assentada no tripé ensino-pesquisa-extensão, defendido pelo movimento docente.

No governo Lula da Silva (2003-2010), sempre na tentativa de burlar as demandas do movimento docente, aprofundou-se a desestruturação da carreira do magistério federal. Ainda que o movimento tenha conseguido a extinção da GED, e o caráter produtivista das gratificações, o governo acabou impondo uma política de reposição parcial das perdas de forma parcelada, rompendo definitivamente com percentuais fixos e alterando os índices remuneratórios entre regime de trabalho, classes e titulação.

Um processo contraditório, na medida em que, com a expansão das universidades federais, via REUNI, possibilitou ampliação acentuada do acesso a essas instituições. Em articulação com o sistema de cotas, filhos da classe trabalhadora tiveram pavimentado seu caminho para um lugar outrora impossível. Ao mesmo tempo, o financiamento público no ensino privado, via concessões de bolsas e renúncias fiscais, cresceu muitas vezes mais, fazendo com que, no início dos anos 2010, fosse em média de sete para um a supremacia das novas matrículas no ensino superior privado. O país expandia sua rede pública em progressão aritmética, a rede privada em progressão geométrica e criava gigantescos conglomerados educacionais mercantis.

Igualmente, numa lente mais ampla de análise, pelas décadas de 1990 e 2000, a classe trabalhadora brasileira foi sendo acuada, sobretudo por meio do funcionalismo público, no bojo da chamada reforma do Estado. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), no contexto neoliberal, acabou por abandonar sua perspectiva classista e combativa, passando a atuar numa linha colaboracionista. Essa situação ficou evidente na aprovação da Reforma da Previdência, em 2003. Por seu turno, o ANDES-SN se desligou da CUT em 2005 e reforçou sua atuação dentro da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), a qual se tornou em 2006 uma Central Sindical – como filiação do ANDES-SN em 2007. Em 2010, a Conlutas transformou-se, com a incorporação de outras entidades

sindicais e populares, na Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas), com filiação do ANDES-SN em 2011.

A política econômica adotada nesse período também implicava em contradições para a carreira e salário docente no âmbito federal. A remuneração de docente em regime de 40 horas era inferior ao dobro do contratado com 20 horas. Assim, o rebaixamento dos índices entre os níveis e classes, e o baixo piso inicial eram exemplos da desestruturação da carreira e da desvalorização do trabalho docente. Esses elementos colaboravam para a não atratividade para a docência e a perda, sempre do lado dos professores, de ganhos que adviriam com uma equalização da malha remuneratória e de suas respectivas configurações. Em suma, o salário de docentes federais encontrava-se nas últimas posições do funcionalismo público, quando comparados regime de trabalho e titulação.

Em agosto de 2010, ainda no governo Lula da Silva, oficializaram-se os debates entre o movimento docente e o governo para a reformulação da carreira do magistério federal. Numa sequência de reuniões, o ANDES-SN expôs demoradamente, e de forma inequívoca, o que entendia ser uma carreira justa, lógica e qualificada, com base em seu projeto de universidade. O problema começou a agudizar quando a administração federal insistiu nas reuniões sem caráter deliberativo, apenas expositivo. Era uma espécie de oficina em que uma parte verbalizava e a outra observava, empurrando efetivas tomadas de posição para um futuro incerto. O governo que propunha a mudança na carreira parecia não ter a mínima pressa na concretização do objetivo, enquanto os docentes se irritavam, cada vez mais, com a lentidão e a falta de respeito com o acordado. O processo não andava e a burocracia respondia com postergação de datas, até que afiançou compromisso: em agosto de 2011 estaria pronto o Projeto de Lei da nova carreira dos professores federais, atendendo a reivindicações da categoria.

Entretanto, os funcionários do Ministério da Educação (MEC) escalados para as tratativas não honraram, mais uma vez, o combinado e se abstiveram do compromisso de apresentar a minuta estruturada da nova carreira. Como resposta, o movimento acenou com a possibilidade de greve. Frente a essa nova conjuntura, os negociadores do planalto pediram uma trégua e estabeleceram outra data para implantação da nova carreira: março de 2012. Depois de prolífico debate nas bases, com muitas seções sindicais se

posicionando pela não aceitação desse repetido adiamento e, conseqüentemente, pela deflagração imediata do movimento paredista, a posição da maioria foi pela não paralisação das atividades. Assinou-se um acordo contemplando a nova data como limite.

Chegado março de 2012, pela terceira vez, o governo descumpriu o acordado e o plano de carreira não deu sinais de vir à tona. O ANDES-SN sinalizou paralisações de advertência enquanto os negociadores do governo e a diretoria executiva sindical debatiam em Brasília o imbróglio. Foram três reuniões em abril daquele ano (nos dias 13,19 e 25); em todas elas os negociadores do MEC tergiversaram e apresentaram mais do mesmo, ou seja, nenhum posicionamento concreto. Em 17 de maio, findadas as reuniões e chegando ao limite da impostura oficial de combinar e não cumprir, iniciou-se o movimento grevista nacional (ANDES-SN, 2012a).

Mesmo nesse contexto, o governo não se posicionou publicamente e tentou ignorar o movimento. Entrementes, em Brasília marchas e manifestações conjuntas, e nos *campi* Brasil afora debates e mobilizações pintaram o país com a militância que há muito não se via. Novos professores recém-contratados se uniram aos antigos; gente que havia se afastado da luta sindical retornou a ela; lugares em que direções entram contra a greve, até mesmo na base do PROIFES, foram atropelados pelas bases mobilizadas, conquistando a greve a despeito das direções conservadoras ou governistas (ANDES-SN, 2012b).

Como resultado da mobilização docente, foi agendada uma mesa de negociação para 28 de maio de 2012, sendo que dias antes o encontro foi desmarcado pelo governo sem explicações plausíveis. O movimento paredista, bastante forte e na direção ascensional, raciocinou com as seguintes hipóteses: a) o governo trabalhava com a suposição de aceitar algumas demandas, mas estava inseguro com o desenrolar da crise econômica mundial, sem condições de tomar uma definição; b) a estratégia governamental era negociar com o seu braço sindical no movimento docente federal, o PROIFES, criado em 2004; c) a postergação era estratégia para reforçar o ideário privatizante, como forma de complementação salarial dos docentes.

Àquela altura, mostrava-se notável a diminuição da ingerência do Ministério da Educação (MEC), em razão oposta ao crescimento da presença do Ministério do Planejamento e Gestão (MPOG), sugerindo assim o sentido tecnocrata e empresarial

do *staff* do governo envolvido na disputa. Após 57 dias de greve, enfim, o MPOG apresentou a proposta de carreira para os grevistas. Na sexta feira, 13 de julho, através do noticiário televisivo Jornal Nacional, buscando o consenso social em torno da proposta do governo e na tentativa de desqualificar o movimento, ressaltou que os docentes receberiam reajuste de 45% em seus vencimentos, algo inédito e sobremaneira generoso. Ocultou-se, dentre tantas outras coisas, que a pauta da greve não era exclusivamente salarial e ainda que o índice proposto não atendia de forma isonômica a categoria.

Ao analisar a proposta do governo o CNG/ANDES-SN identificou que se ignorava todo o material crítico produzido e debatido com o governo desde agosto de 2010. Tratava-se de outro tipo de documento, com outros conceitos e práticas, que piorava todos os aspectos da carreira e criava novas distorções e barreiras para a progressão. O reajuste anunciado desconsiderava a inflação e escamoteava a desigualdade conforme as classes, muito mais para o professor titular, em torno de 8% do professorado universitário, e muito menos que a inflação para o especialista e mestre em início de carreira, chamados auxiliares. Em síntese, aprofundava-se a desestruturação da carreira e não assegurava a reposição das perdas salariais (ANDES-SN, 2012c). Resumidamente, o plano continha as seguintes regressões:

a) No lugar de Carreira Única, reivindicada pelo movimento docente, a proposta mantinha a divisão entre MS (Magistério Superior) e EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico);

b) Limitação do acesso à classe de Titular a 20% do quadro efetivo IFES;

c) Manutenção da separação entre classes (auxiliar, assistente, adjunto, associado e titular), com maiores remunerações para o topo da carreira, contrariando a defesa da classe única com 13 níveis, com percentual fixo de 5% na passagem de cada nível;

d) Flexibilização do regime de Dedicção Exclusiva (DE), com maior abertura para complementação salarial a partir de retribuições por projetos institucionais e gratificações por consultorias, nas atividades empresariais, na esteira das PPPs (Parcerias Público-Privadas);

e) Os professores reivindicavam “uma linha no contracheque”, constituída pelo salário base. O governo desestruturaria ainda mais a lógica remuneratória, com a

ausência de relação entre vencimento básico e retribuição por titulação, bem como sem qualquer relação fixa entre classes, níveis e regime de trabalho;

f) Exclusão dos aposentados de qualquer proposta de reajuste, sendo que o movimento reivindicava o imediato reenquadramento nos níveis criados após a aposentadoria.

Tal proposta foi rejeitada pela categoria, em assembleias de base. O CNG/ANDES-SN apresentou, então, “um documento com análise detalhada dos elementos que levaram a rejeitarem a proposta e indica caminhos para as negociações avançarem” (ANDES-SN, 2012c, p. 5). Em nova reunião, em 23 de julho, com ANDES-SN, SINASEFE e PROIFES, os representantes do governo mantiveram, na prática, a proposta inicial, com algumas correções secundárias. Das três entidades apenas o PROIFES indicou que assinaria o acordo, fato que contrariava a decisão de base da categoria. Mesmo sem a concordância do ANDES-SN e do SINASEFE o governo indicou como encerradas as negociações com os grevistas. Doravante não ocorreria mais nenhuma mesa de negociação.

Ainda assim, o movimento grevista continuou reivindicando negociação. No dia 1º de agosto o CNG/ANDES-SN encaminhou novo documento com elementos em aberto para negociação (ANDES-SN, 2012, b). Como o governo continuou intransigente e sem reabrir o diálogo, a greve, longe de terminar, se fortaleceu. Aumentou-se a insatisfação e a energia dos grevistas, que a todo momento ocuparam Brasília em marchas e manifestações, reforçando a pressão sobre os parlamentares para entrarem na disputa pela reabertura de negociações. Nas IFES, semanalmente, intensificaram-se atos, carreatas e outras atividades.

Outras categorias do funcionalismo público federal também deflagraram greve, engendrando uma situação explosiva na conjuntura da luta de classes. Não obstante, o governo costurou acordos com cada setor, estabelecendo o percentual de 15,5% de reajuste a ser efetivado até 2015, uma mera reposição inflacionária parcial. Com os docentes em greve continuava sem reabertura das negociações. Em contrapartida, “para reiterar a disponibilidade de negociação no dia 22 de agosto, os docentes apresentaram uma contraproposta concreta nos limites do piso e do teto propostos pelo governo”

(ANDES-SN, 2012b). Novamente, a centralidade da proposição do movimento estava na reestruturação da carreira, com impactos orçamentários próximos da proposta do governo. Ainda assim, o governo decidiu manter sua intransigência e encaminhar Projeto de Lei com sua proposta ao Congresso Nacional.

Na entrada do mês de setembro, os professores se viram na fase descensional do movimento, com a saída da greve dos funcionários técnicos administrativos e a normalidade da maioria do setor público. Nas assembleias de base, tornou-se forte o número de votos pelo fim da greve, embora incapaz de compor uma maioria simples. Os docentes decidiram então pela suspensão unificada, elegendo a data de 17 de setembro. Na decisão, pesaram o natural desgaste de mais de cento e vinte dias de paralisação e a necessidade de mudança na forma de luta, uma vez que o plano de carreira saía do executivo e iria tramitar no legislativo até o final daquele ano (ANDES-SN, 2012c).

O contexto local: a Unifap e o Sindufap

A institucionalização da educação superior em território amapaense ocorreu tardiamente quando se considera o contexto nacional. Somente em 1970, com o Parecer n. 633 do Conselho Federal de Educação, com a autorização para a Universidade Federal do Pará (UFPA) atuar no então Território Federal do Amapá (TFA) em cursos de formação de professores. Assim, conforme destacam Guimarães, Melo e Novais (2017), instituiu-se o Núcleo de Educação de Macapá (NEM), vinculado ao Centro de Educação da UFPA, com atuação limitada ao ensino – sem atividades de pesquisa e extensão – entre o período 1970-1992.

Com a Constituição Federal de 1988, o TFA foi transformado em estado da federação. Dentre os desafios postos, estava a consolidação da educação superior, sendo que, até então, não havia nenhuma IES, pública ou privada, efetivamente amapaense. A partir da estrutura já utilizada pelo NEM, foi criada a Unifap, em 2 de março de 1990, também com atuação formativa predominantemente no âmbito das licenciaturas, com atividades quase que exclusivamente de ensino (SANTOS; GUIMARÃES, 2021). Até 2006, quando foi criada a Universidade do Estado do Amapá (UEAP), a Unifap foi a única IES pública no Amapá.

Em estudo realizado por Maués, Oliveira e Costa (2006), evidencia-se a expansão da Unifap entre os anos de 1992 e 2004. Nesse período, a referida IES passou de nove para 26 cursos de graduação. Ainda que com oscilações, também foi registrado aumento das matrículas: 817, em 1992, e 7.588, em 2004. As funções docentes passaram de 73 para 183.

Em termos percentuais, no período acima analisado, foram registrados crescimentos de 190% nos cursos, 830% nas matrículas e 151% nas funções docentes. Os dados demonstram que a acentuada expansão de cursos e de matrículas na graduação na Unifap não foi acompanhada da proporcional expansão do seu corpo docente. Tal situação induz a processos de intensificação do trabalho docente, relacionando-se também à sua precarização.

Cabe observar que a Unifap foi criada na década em que se implementam as medidas neoliberais no país. Para o movimento sindical brasileiro, a década de 1990 também foi um período de retrocessos. A CUT, maior expressão do sindicalismo combativo na década anterior, assumiu uma postura cada vez mais colaborativa e negociadora, adaptando-se à ordem ao invés de contestá-la (BOITO JÚNIOR, 1999).

Em 1995, com o início do governo Fernando Henrique Cardoso, passou-se a implementar medidas extremadas do neoliberalismo (MACIEL, 2013). Isso implicou, para as universidades federais, em tempos difíceis, com indução da expansão do atendimento educacional, sem o financiamento adequado e crescente abertura para busca de soluções mercantis, como forma de captação de mais recursos. É nesse contexto que foi instituído o Sindufap.

Conforme analisam Silva e Guimarães (2020), a criação do Sindufap, em 1994, se efetivou a partir de dois processos interligados. O primeiro, enquanto ação externa, foi a deliberação por campanha de expansão do ANDES-SN, aprovada no 9º Congresso, em 1990. O segundo, elemento interno, foi a organização de docentes recém-ingressados na Unifap, que entendiam a necessidade de articulação sindical como importante mecanismo para garantir condições adequadas de trabalho e democratização da gestão universitária. Essa articulação entre a pauta nacional e as demandas locais também é evidenciada em 1998, quando o Sindufap tem sua primeira participação efetiva em greve nacional da categoria (SILVA, 2019).

Silva (2019) destaca que, em seus anos iniciais, entre 1994 e 2001, o Sindufap enfrentou muitas dificuldades para sua consolidação. Ainda que os dirigentes locais mantivessem contato e buscassem se articular às pautas e à forma de organização nacional, existiam problemas internos que impediram o reconhecimento da entidade integrante do ANDES-SN. Foi somente em 2001 que, efetivamente, se conseguiu atender aos parâmetros regimentais e organizativos para o Sindufap se constituir enquanto Seção Sindical, fato consolidado com a aprovação do 21º Congresso do ANDES-SN, realizado em fevereiro de 2002.

Dentre os pontos a serem considerados na organização sindical de docentes na Unifap, Silva e Guimarães (2020) elucidam as motivações desse processo. A partir de pesquisa empírica, tais autores concluem:

Dentre as motivações [...] está presente a concepção de sindicato classista, que se coloca na perspectiva de fortalecimento da classe trabalhadora em geral, e do movimento docente em particular, na luta contra o capitalismo, em defesa da educação pública, demais políticas públicas sociais, e pela ampliação (ou, no limite, resistência contra a retirada) de direitos sociais. (SILVA; GUIMARÃES, 2020, p. 21)

No âmbito das demandas locais, os autores acima citados destacam ainda, enquanto elemento motivador da organização sindical, a busca por melhores condições de trabalho. Conforme já destacado, o processo de expansão da Unifap, entre 1992-2004, não foi acompanhado da correspondente evolução do corpo docente. Além disso, as condições físico-estruturais também não atendiam às necessidades de uma instituição universitária.

Outro momento de acentuada expansão da Unifap se deu no contexto da implementação do REUNI, cuja adesão, com forte resistência docente e estudantil, ocorreu em 2007. Efetivamente, a ampliação de cursos e matrículas de graduação é observada dois anos depois, em 2009. Entre 2009 e 2010, os maiores índices de crescimento foram registrados nas matrículas em cursos de graduação e nas funções docentes, com números similares, 34%. O número de cursos de graduação foi ampliado em 22,6%.

No caso da pós-graduação *stricto sensu*, devemos observar o processo tardio de sua implementação na Unifap e no estado do Amapá. Conforme elucidam Santos e Guimarães (2021), somente em 2006, após 16 anos de sua criação, surgiram os primeiros Programas, com três cursos de mestrado e um curso de doutorado. Em 2010, foi instituído outro Programa, com curso de mestrado. Assim, o primeiro registro de expansão no número de cursos foi em 2010, com 25% – ocasião em que as matrículas evoluíram 18%, na modalidade presencial.

Nos anos subsequentes, 2011 e 2012, a expansão foi menor. Os cursos de graduação tiveram pequeno crescimento, com 5,3% e 5,0%, respectivamente. Destacamos que nesses anos registrou-se o primeiro curso de graduação EaD, com 63 matrículas, em 2011, e 65, em 2012. No caso dos cursos de pós-graduação, o número manteve-se estável. Já as matrículas apresentaram oscilações: em 2011, houve crescimento na graduação (4,1%) e pós-graduação (16,8%), mas uma redução em 2012, -2,5% e -2,6%, respectivamente. Nas funções docentes, os índices alcançaram 16,2% e 7,6%.

De toda forma, os dados demonstram que, no período 2009-2012, há expansão da Unifap. Ressaltamos que a maior evolução foi nas funções docentes, com 67,5%. Na graduação, os cursos expandiram 35,5% e as matrículas, 35,9%. Na pós-graduação, os cursos cresceram 25% e as matrículas, 34,2%. Todos esses dados estão detalhados na tabela 1.

Tabela 1: Evolução de Cursos, Matrículas e Funções Docentes na Unifap (2009-2012)

Ano	Graduação				Pós-graduação				Funções Docentes	
	Cursos		Matrículas		Cursos		Matrículas		Num.	V. Anual (%)
	Num.	V. Anual (%)	Num.	V. Anual (%)	Num.	V. Anual (%)	Num.	V. Anual (%)		
2009	31	-	4.488	-	4	-	111	-	212	-
2010	38	22,6	6.013	34,0	5	25,0	131	18,0	284	34,0
2011	40	5,3	6.260	4,1	5	0,0	153	16,8	330	16,2
2012	42	5,0	6.101	-2,5	5	0,0	149	-2,6	355	7,6
Δ%	35,5	-	35,9	-	25,0	-	34,2	-	67,5	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo da Educação Superior e Geocapes.

Mesmo com acentuada expansão no âmbito das funções docentes, é necessário considerarmos que esse índice foi inferior às demandas institucionais. Conforme registrado no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) 2010-2014, a contratação de novos docentes seria fundamental “para suprir o *déficit histórico* existente na UNIFAP, no que diz respeito à graduação e pós-graduação” (UNIFAP, 2010, p. 25 [grifos nossos]). Para tanto, previu-se no documento a contratação, entre 2010 e 2012, de 187 novos docentes, número superior ao aumento nas funções docentes (143), conforme dados da tabela 1.

Essa carência de docentes também foi retomada no PDI 2015-2019 da Unifap, ocasião em que se indicou a necessidade de ampliar o quadro docente para “consolidação de cursos implementados em anos anteriores.” (UNIFAP, 2015, p. 59). Nesse Plano, foi ressaltado que o curso de Medicina, implantado em 2010, precisaria ampliar em 70% seu quantitativo de docentes.

Em síntese, a expansão do corpo docente, na vigência do Reuni, não atendia às necessidades institucionais. O *déficit histórico* não foi suprido, e os novos cursos instituídos, a exemplo de Medicina, ampliavam a demanda de contratação de professores. Tal situação é também observada em outras universidades federais, conforme analisam Mancebo, Vale e Martins (2015). Todo esse processo ganhará destaque, como veremos, na greve docente de 2012.

A greve 2012 na Unifap: percepções de dirigentes sindicais

Conforme indicamos na Introdução, encaminhamos questionário aberto para quatro docentes que atendiam aos critérios de inclusão na pesquisa, sendo que obtivemos três respostas. Tais docentes entraram no mesmo ano na Unifap, em 2010, momento em que a instituição estava em acelerado processo de expansão de cursos, matrículas e na composição do seu corpo docente. Dois docentes são homens e uma é mulher. Para fins de anonimato, trataremos tais docentes com identificação por letras: A, B e C.

O início do envolvimento dos pesquisados com o Sindufap tem duas configurações. Para dois docentes (A e B), isso se deu a partir de convite de colegas de trabalho. Porém, a docente B destaca que, antes de ingressar na carreira, já havia

participado de atividades do ANDES-SN, na IES onde fez mestrado e doutorado. Para o terceiro pesquisado, a motivação se deu pela compreensão do papel do sindicato, bem como pela vivência no movimento sindical na educação básica, enquanto docente da rede pública, destacando que sua “verve esquerdista veio também das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que eram muito vívidas no meu bairro, o Buritizal (Macapá-AP)” (Docente C, 2022).

Silva e Guimarães (2020) analisaram as motivações que levam docentes da Unifap a se aproximarem ou se distanciarem do sindicato. O estudo revelou que, em geral, na aproximação com o movimento sindical docente, há uma explícita vinculação com a valorização do trabalho e a defesa da educação. “Em grande medida esses sujeitos identificam a necessidade de organização sindical para enfrentar os processos de transformação produtiva que implicam diretamente na educação, inclusive nas universidades públicas” (SILVA; GUIMARÃES, 2020, p. 16). Essa constatação também foi identificada quando observamos os elementos que explicam a adesão à greve de 2012 e o envolvimento dos docentes pesquisados no movimento paredista.

A expansão sem as condições físico-estruturais necessárias e a precarização do trabalho docente foram elementos determinantes para o movimento grevista. Conforme destacam os dirigentes sindicais, tais questões, longe de serem revolvidas, foram aprofundadas com a criação de novos cursos. Isso colocava também a universidade em situação de menor prestígio social e acadêmico, reduzindo seu papel ao ensino, com qualidade duvidosa. O depoimento a seguir é ilustrativo das motivações da greve:

A percepção da precarização do trabalho docente e do espaço material/estrutural da universidade (salas, casa do estudante ou ausência dela, etc.), bem como a percepção da diminuição do valor simbólico da universidade e dos professores [...]. A não normalização dessa precarização e a discordância para com isso parecem ter sido determinantes para a adesão ao movimento. Hoje, essas precarizações estão normalizadas e normatizadas. (DOCENTE B, 2022)

Embora, diretamente, essa informação diga respeito ao contexto nacional, há peculiaridades a serem destacadas no que tange ao local. A docência na Unifap sempre facultou uma condição destacada de *status* na sociedade macapaense. Nos anos 1990 e

início dos 2000, essa instituição de ensino era a maior responsável pela formação em nível superior no Amapá, isso dava ao docente dessa universidade destacado reconhecimento social. Implica dizer que o docente tinha reconhecimento público e acesso franqueado na alta sociedade amapaense, pequena e concentrada em espaços específicos, se comparado a outros Estados da federação. Como o salário e a estrutura de carreira colocava esses docentes no topo da lista salarial do Amapá, também a inserção via consumo se dava de maneira extraordinária. Concessionárias de automóveis, por exemplo, costumavam contatar os professores da Unifap assim que um novo modelo zero km chegava para ser comercializado.

Essa condição foi desaparecendo na medida em que novas instituições de ensino chegaram, diversificando o lugar de formação das elites, e as condições de salário e carreira pioraram. Ligado a isso, os alunos egressos da Unifap, que cursavam mestrado e doutorado em outras regiões, percebiam condições de infraestrutura muito diferentes. Em universidades mais antigas, havia tudo que faltava na Unifap (prédios, bibliotecas, cantinas, restaurantes e hospitais universitários). Ao voltarem para assumirem cargos via concurso público, esse público percebia o abismo que separava materialmente sua instituição de outras, especialmente as da região sul e sudeste do país.

Na perspectiva dos docentes pesquisados, havia explícita articulação entre as reivindicações nacionais e a pauta local, vinculada diretamente às precárias condições de trabalho e estudo. Conforme aponta o Docente C (2022), destacava-se “em ordem de importância: a defasagem salarial; o aprofundamento da precarização das condições de trabalho docente na universidade; a criação de novos cursos sem condições estruturais para isso”. E, no âmbito das questões locais, “o principal elemento estava ligado aos desdobramentos da expansão precarizada do REUNI” (DOCENTE A, 2022). Isso também se evidenciava no afinamento entre a política expansionista do governo federal e a administração superior da Unifap (DOCENTE B, 2022).

A expansão proporcionada pelo Reuni, sem adequadas condições de trabalho, foi enfatizada, pelos três docentes, como elemento central de ligação entre as reivindicações nacionais e as pautas locais. Em síntese:

A pauta local era um espelhamento de parte da pauta nacional. Na Unifap, a precária estrutura física dos campi era a questão central da pauta local. Os cursos já existentes eram muito prejudicados pela carência de bons locais de trabalho, como salas e laboratórios. Na capital e nos interiores, cursos novos eram criados sem que o espaço edificado e equipado unifapiano acompanhasse tal ampliação, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Uma questão nacionalmente em pauta era que o Reuni significava a opção por uma expansão precarizada da universidade brasileira. (DOCENTE C, 2022)

Ao invés de consolidar e melhorar a estrutura existente, o caminho se dava com a multiplicação dessa situação de precariedade, uma contradição com que o Sindufap jamais concordou. Os docentes lotados nos cursos já existentes percebiam suas demandas ignoradas, tendo em vista que os novos recursos, especialmente a partir do Reuni, eram destinados para novos cursos. Essa situação, acabava por passar a ideia de uma polarização entre os cursos e docentes da Unifap. Mesmo assim, percebemos que o movimento grevista de 2012 acabou por aproximar docentes dos diversos cursos, antigos ou não.

Os docentes pesquisados apresentam diferentes formas de envolvimento com a greve de 2012. O Docente A estava na Diretoria da Seção Sindical e destaca sua articulação com a direção nacional do movimento. Já a Docente B, ainda que tivesse conhecimento da existência do Sindufap e do ANDES-SN, desde seu ingresso na Unifap em 2010, aproximou-se e filiou-se à entidade sindical no período da greve, passando a atuar no Comando Local de Greve. O Docente C, que estava filiado ao Sindufap desde seu ingresso na Unifap em 2010, atuava na base sindical, sem articulação alguma com a direção nacional. Em comum, os docentes destacam a ativa participação nas assembleias da categoria, em atos e outras ações realizadas dentro e fora da instituição, desenvolvidas na mobilização da categoria e na pressão para o atendimento das reivindicações.

Os relatos demonstram que “a greve foi um momento de formação política fundamental” (DOCENTE C, 2022). Essa percepção se deu pelo fato de o movimento possibilitar melhor compreensão da conjuntura nacional, bem como da história da organização sindical docente, em torno do ANDES-SN. Isso também envolvia a definição da própria concepção de “universidade pública e gratuita, associada a pautas sociais de

então (e de sempre) no país” (DOCENTE A, 2022). Assim, o movimento grevista, ao mesmo tempo em que contribuía para a conscientização dos docentes, enquanto intelectuais trabalhadores, consolidava a defesa da universidade autônoma, democrática, socialmente referenciada e com indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. Essas questões são sintetizadas no depoimento da Docente B (2022), a qual “acreditava que só a mobilização e a participação direta da base sindical poderia pressionar o governo petista da Dilma para atender, especialmente, o nosso plano de carreiras e parar a precarização da universidade pública”.

Conforme destaca Dal Rosso (2011), o sindicato constituiu-se historicamente enquanto organismo de defesa e resistência da classe trabalhadora no capitalismo. Essa perspectiva já havia sido revelada por Marx (2008), quando o mesmo identificou os sindicatos como “sociedades de segurança” do operariado, que, no plano econômico imediato, atenuam a exploração da força de trabalho, com a busca por condições laborais, controle da jornada e melhorias salariais. Para tanto, essa forma organizativa pressupõe também a conscientização política, o que envolve a compreensão da realidade capitalista. Logo, trata-se, em essência, de um espaço de formação humana, que, para atender aos interesses da classe trabalhadora, deve se colocar em contraposição às concepções formativas hegemônicas.

Assim, o sindicato deve ter uma atuação para além das questões corporativas, abarcando a defesa da transformação radical da sociedade, com superação da exploração e da opressão. Isso implica, como dito, na elucidação da realidade, em sua complexidade e totalidade, com a busca da autoconsciência, conforme perspectiva gramsciana. Nesse processo, “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam” (GRAMSCI, 1999, p. 103). Esse movimento de autoconsciência, como vimos, se fez presente na construção da greve docente na Unifap, em 2012.

O entendimento da greve como espaço político-formativo também é identificado quando os docentes analisam o processo de mobilização da categoria. As condições objetivas (defasagem salarial, precárias condições laborais e intensificação do trabalho) acabavam por servir como motivadoras para adesão política. Entretanto, foram os

debates e as demais atividades realizadas que fizeram com que se tivesse ampla adesão da categoria ao movimento paredista: “As assembleias eram espaços para elucidação e discussões que traziam melhor compreensão da realidade na universidade e fora dela” (Docente B, 2022). Essa avaliação é também destacada quando se considera o fato de muitos dos docentes que aderiram ao movimento terem ingressado entre 2010 e 2012 na Unifap – razão pela qual as ações da greve são tidas como fundamentais “momentos de confraternização, de formação política e de vivência da democracia sindical” (DOCENTE C, 2022). O êxito desse processo mobilizador deve-se ainda a outro fator, como aponta a Docente A: a adesão das demais categorias (servidores e estudantes).

Na análise do desfecho da greve, em setembro de 2012, os docentes apontam aspectos positivos e negativos. Essa avaliação também demonstra articulação com o balanço feito pelo CNG/ANDES-SN. Há unanimidade na avaliação de que houve um ganho político, na conscientização da categoria e de parte da comunidade acadêmica, com a “compreensão da potência de ação política que a unidade de classes/grupos pode ter” (DOCENTE B, 2022), bem como “euforia porque saímos [...] com a certeza de nossa força e mobilização” (DOCENTE A, 2022). O movimento serviu ainda para aprofundar “uma desilusão preexistente em relação ao petismo” (DOCENTE C, 2022). Esses elementos são considerados como reveladores da natureza formativa do movimento.

Também é unânime entre os docentes pesquisados a avaliação de que a greve não possibilitou avanços na pauta de reivindicações. Como apontam os docentes aqui mencionados, isso se deu por alguns fatores, com destaque para a intransigência do governo, o papel da mídia hegemônica na atuação contra o movimento e a ação do braço sindical do governo petista, o PROIFES, ao assinar acordo que contrariava os interesses da categoria.

Como observamos, no desfecho da greve na Unifap houve “uma mistura de melancolia e euforia!” (DOCENTE A, 2022). Essa compreensão é explicitada na avaliação do Docente C:

O governo criou uma carreira muito mais irregular que a anterior e divulgava apenas os rendimentos ganhos no último estágio (o de professor titular), induzindo a população brasileira a pensar que era isso que recebiam todos os docentes.

A greve nos deixou com um sabor amargo na boca... Porém, no seu desfecho, a consciência do que estávamos enfrentando já era outra,

superior àquela que possuíamos outrora. Isso foi mais marcante para os jovens professores, os “filhos do Reuni”, que tiveram aí seu batismo de fogo nas lutas sindicais e que aprenderam que estavam diante de um projeto que afundava a qualidade da universidade em geral e que abatia de forma mais aguda as instituições novas e/ou periféricas. (DOCENTE C, 2022)

O “sabor amargo na boca” ao qual o Docente C se refere também tem a ver com um sentimento de isolamento da categoria frente ao conjunto da classe trabalhadora brasileira. Naquele momento, pareceu vencer a narrativa governamental de um grupo privilegiado que não tinha porque estar em greve. Ainda assim, havia a convicção do importante papel formativo que a greve de 2012 proporcionou, levando inclusive os docentes que participaram das atividades enquanto base, a assumirem a direção sindical nos anos seguintes.

A compreensão política da greve amplia seus horizontes. Essa percepção permitiu ao movimento docente, em 2012, elencar aspectos vitoriosos da greve, mesmo com retrocessos impostos numa questão central das reivindicações: a reestruturação da carreira. Isso não implica em desconsiderar as pautas econômicas da categoria, como a defesa de reajuste salarial, mas compreendê-las em suas determinações histórico-econômicas. Assim, evidencia-se a necessária articulação do movimento docente com lutas mais amplas, em defesa dos direitos e das políticas sociais, contra os ataques implementados pelos governos neoliberais.

Os docentes pesquisados consideram que, no período pós-2012, houve a intensificação das políticas neoliberais no país. De fato, trata-se de um período de aprofundamento da crise econômica, eclodida globalmente em 2008, que evidenciou a impossibilidade de os governos petistas manterem sua política de “conciliação de classes”. Com isso, especialmente a partir de 2014, o Governo Dilma Rousseff (PT) passou a implementar uma agenda de maior austeridade, com cortes no orçamento das políticas sociais. Conforme analisam Saad Filho e Morais (2018, p. 185), em seu segundo mandato, iniciado em 2015, Dilma assume “uma política de austeridade fiscal para reduzir o déficit nas contas públicas e controlar a deterioração da conta de transações correntes, o que supostamente só poderia ser feito por meio de cortes nos gastos públicos e contração da economia”.

Assim, para manter a política econômica de destinação de volumosos recursos para a dívida pública, reduziu-se o orçamento público da área social. Isso implicou em cortes no financiamento das IFES (REIS; MACÁRIO, 2020), especialmente em capital e custeio, precarizando ainda mais as condições de trabalho e estudo. Além disso, permanecia na pauta da categoria a defesa pela reestruturação da carreira e por reajuste salarial. Esse conjunto de fatores levou a categoria à nova greve, em 2015 (GUIMARÃES; SILVA, 2021), com adesão do Sindufap.

O movimento grevista de 2015 retomava em cinco itens a pauta de 2012: defesa do caráter público da universidade, garantia de autonomia, condições de trabalho, reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados. Também se posicionava contra a contratação via OS e a deterioração do regime Jurídico Único, a FUNPRESP, a Lei 4330/2015 (terceirizados) e a EBSERH. (DOCENTE B, 2022)

Ainda que estivessem na pauta da greve de 2015 as questões da carreira docente, o elemento central das reivindicações foi a luta pelo financiamento das universidades e institutos federais. Efetivamente, ainda que envolvesse outras categorias de SPF, a maior densidade da luta contra os cortes no orçamento das políticas sociais “deu-se no âmbito de entidades representativas dos trabalhadores da educação federal e do movimento estudantil, constituindo efetivamente uma greve da educação federal, com paralisação do Andes-SN, da Fasubra e do Sinasefe, além de greves e ocupações estudantis” (GUIMARÃES; SILVA, 2021, p. 272).

Reis e Macário (2020) demonstram ainda que a política de austeridade fiscal foi agudizada a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff, realizado com manobra midiática, jurídica e parlamentar, em 2016, quando assume o vice-presidente, Michel Temer (MDB), com continuidade no governo Jair Bolsonaro (2018-2022). Trata-se de período de aprofundamento do ajuste fiscal que se caracteriza como uma fase ultraliberal. Com o intuito de reduzir a função social do Estado e rebaixar o valor da força de trabalho, implementam-se cortes nos gastos com políticas sociais para ampliar a fatia do orçamento destinado ao capital rentista. Dentre as ações centrais desse processo no governo Temer, destacam-se a Reforma Trabalhista e a Emenda Constitucional (EC) n. 95/2016 (teto de gastos). Já no governo Bolsonaro, merecem destaque a nova Reforma

da Previdência, em 2019, e a Reforma Administrativa, com a Proposta de Emenda Constitucional n. 32/2020.

Em 2016, como tentativa de barrar a aprovação da PEC do teto de gastos, nova greve foi realizada pelo ANDES-SN, com adesão do Sindufap. Também constava na pauta a luta contra a reforma do Ensino Médio, instituída pela Medida Provisória n.º 746/2016. Como a ampliação do movimento para outras categorias não ocorreu, e com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) n.º 95, em dezembro de 2016, a greve foi encerrada (GUIMARÃES; SILVA, 2021). O estudo de Reis e Macário (2020) aponta a consequência desse processo para o financiamento federal para a educação superior. Os dados demonstram acentuada redução no orçamento das universidades federais, da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Em contrapartida, amplia-se o volume de recursos públicos destinados ao setor privado.

Ainda que em fevereiro 2020, no 39º Congresso, o ANDES-SN tenha deliberado pela construção da greve da categoria, em articulação com a greve dos SPF, o contexto da pandemia (Covid-19) acabou por arrefecer o movimento (GUIMARÃES; SILVA, 2021). Esse período também acarretou em novas pautas, com destaque para as consequências do ensino remoto “que se generalizou na pandemia de Covid-19 e que trouxe novas formas de precarização das condições de trabalho docente” (Docente C, 2022). Aqui, merece destaque novamente a análise de Guimarães e Maués (2021), que demonstra que o ANDES-SN não desenvolveu uma ação articulada e concisa em relação aos malefícios do ensino remoto, considerado, por vezes, como inevitável.

Em março de 2022, momento em que finalizamos o presente artigo, está em construção uma greve dos SPF, com participação do ANDES-SN. Na pauta, está a reivindicação de 19,99% referente à defasagem salarial dos três primeiros anos do governo Bolsonaro. Também consta na pauta a luta contra a PEC n. 32/2020, que destrói os serviços públicos e retira direitos dos servidores. Ainda que seja fundamental a construção da luta unitária com os SPF, como sempre ocorreu nas lutas docentes (GUIMARÃES; SILVA, 2021), é necessário destacar, no movimento de 2022, a ausência de pauta específica do ANDES-SN. Pela análise da greve de 2012 e do período posterior, identificamos que as distorções que desestruturam a carreira docente não foram

resolvidas, mas, ao que parece, não consta, pelo menos momentaneamente, no horizonte da luta docente nacional.

Considerações finais

A experiência local da greve de 2012 foi extraordinária para aqueles que dela participaram. As assembleias lotadas e a certeza da batalha por uma demanda justa e central, somadas à união na luta com estudantes e técnicos administrativos, eletrizaram a categoria, na esperança de que uma mudança efetiva estivesse no horizonte possível da força coletiva.

A situação do professor federal poderia ter uma mudança qualitativa para um patamar inédito, junto com a universidade em sua totalidade. Democracia com estrutura universitária de ponta e servidores públicos valorizados e destacados. Entretanto, a intransigência do governo e seu alinhamento com as orientações neoliberais acabaram por impor um processo ainda maior de desestruturação da carreira, com reposições inflacionárias parciais e sem isonomia. Da mesma forma, como consequência da política econômica adotada, no período subsequente, especialmente a partir de 2014, implementaram-se sucessivos cortes no financiamento da educação federal, chegando mesmo a inviabilizarem o funcionamento adequado das IFES.

Entendemos que os depoimentos dos docentes coletados para esta pesquisa demonstram que a greve de 2012 foi justa e necessária. Ainda que nas pautas centrais não tenha obtido êxito, seu maior legado está na função pedagógica de elucidação da realidade na qual se encontrava as IFES, docentes, técnicos e estudantes. Bem como, na formação política e sindical da categoria.

No contexto de avanço do ultraliberalismo, que implica na redução do orçamento social e na abertura dos serviços públicos ao mercado, com sua vertente de extrema direita, com ataques às liberdades democráticas, fundamentalismo religioso e negacionismo científico, o movimento de 2012 tem muito a nos ensinar. A atual conjuntura exige-nos novamente retomar as lutas em defesa das políticas sociais, da educação pública, da universidade autônoma, democrática e inclusiva. As condições

objetivas estão postas, faz-se necessário a construção da mobilização que nos coloque em ação.

Referências

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular 129/2012, 14 de maio de 2012**. Brasília: ANDES-SN, 2012a.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **InformANDES**: informativo n. 13, agosto de 2012. Brasília: ANDES-SN, 2012b.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular 211/2012, 27 de setembro de 2012**. Brasília: ANDES-SN, 2012c.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; GUIMARÃES, André Rodrigues. Repercussões da crise do capital no trabalho do docente da universidade pública brasileira. **Poiésis**, Tubarão, v. 9, n. 16, p. 297-312, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/3259>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CORSI, Francisco Luiz. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. **Novos Rumos**, Marília, v. 53, n. 1, 2016, p. 1-13, jun. 2016, Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8495>. Acesso em: 10 dez. 2021.

DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**: organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

DOCENTE A. **[Registro em questionário da pesquisa]**: pesquisa com docentes dirigentes sindicais na Unifap sobre a greve da categoria realizada em 2012. Macapá, 10 fev. 2022.

DOCENTE B. **[Registro em questionário da pesquisa]**: pesquisa com docentes dirigentes sindicais na Unifap sobre a greve da categoria realizada em 2012. Macapá, 02 fev. 2022.

DOCENTE C. **[Registro em questionário da pesquisa]**: pesquisa com docentes dirigentes sindicais na Unifap sobre a greve da categoria realizada em 2012. Macapá, 08 fev. 2022.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GENTIL, Denise; HERMANN, Jennifer. A política fiscal do primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 793-816,

dez. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ecos/a/hTt6P75FccxwCBJGnr3VLF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GUIMARÃES, André Rodrigues; MAUÉS, Olgaíses Cabral. Ensino remoto na educação superior pública. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 155-174, 30 jun. 2021. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/827>. Acesso em: 14 jan. 2022.

GUIMARÃES, André Rodrigues; MELO, André Lins de; NOVAIS, Valéria Silva de Moraes. Expansão da educação superior no Pará e Amapá: o público e o privado em questão. In: REUNIÃO NACIONAL ANPED, 38, São Luis, 2017. **Anais [...]**. São Luis: Anped, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT11_1163.pdf. Acesso em: 12 fev. 2022.

GUIMARÃES, André Rodrigues; SILVA, Michele Karoline Pereira. Movimento docente universitário no Brasil: análise das greves nacionais do ANDES-SN (1980-2020). In: MELO, Savana Diniz Gomes; MARI, Cesar Luiz. **Da escola básica à universidade**: o trabalho docente e a educação sob pressões. Curitiba: Appris, 2021. p. 252-278.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior: problematizando a luta. In: DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**: organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 69-88.

MANCEBO, Deise; VALE, Andrea Araujo do; MARTINS, Tania Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2021.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. Papel econômico imediato dos sindicatos. In: AGUENA, P. **O marxismo e os sindicatos**: Marx, Engels, Lenin e Trotsky. São Paulo: Sundermann, 2008. P. 63-64.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; OLIVEIRA, Marinalva; COSTA, Arley José Silveira. Educação superior no Amapá: 1992-2004. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Educação superior brasileira 1991-2004**: Amapá. Brasília: INEP, 2006. p. 22-84.

- MONTE, Emerson Duarte. **Políticas públicas de carreira docente nas universidades federais**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. UFPA, Belém, 2015.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- NAVARRO, Ignez Pinto. **ANDES-SN: um sindicato de intelectuais, história e memória (1981-1994)**. Cuiabá: Adufmat: Prisma, 2001.
- REIS, Luiz Fernando; MACÁRIO, Eptácio. Dívida pública e financiamento das Universidades Federais e da Ciência e Tecnologia no Brasil (2003-2020). **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 16, n. 41, p. 20-46, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7243>. Acesso em: 27 fev. 2022.
- SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SANTOS, José Almir Brito; GUIMARÃES, André Rodrigues Guimarães. Pós-graduação na Universidade Federal do Amapá: instituição de programas e expansão de matrículas. In: SILVA, Lúcia Isabel da Conceição; ARAÚJO, Sônia Maria da Silva (org.). **Diversidade cultural e formação reflexões para a educação**. Curitiba: Appris, 2021.
- SILVA, Michele Karoline Pereira. **Sindicalismo docente universitário: formação política de dirigentes do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá (1994-2018)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Unifap, Macapá, 2019.
- SILVA, Michele Karoline Pereira; GUIMARÃES, André Rodrigues. Concepções, aproximações e afastamentos de docentes universitários em relação ao movimento sindical. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28 n. 16, e16, jan. 2020. <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4934>
- UNIFAP. Universidade Federal do Amapá. **Plano de desenvolvimento institucional (PDI): 2010-2014**. Macapá: Unifap, 2010.
- UNIFAP. Universidade Federal do Amapá. **Plano de desenvolvimento institucional: 2015-2019**. Macapá: Unifap, 2015.

Recebido em: 04/03/2022

Aprovado em: 22/05/2022

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 23 - Número 52 - Ano 2022

revistalinhas@gmail.com